

Ferreira Gomes Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2014**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	8
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16

Relatório da administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010, a contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia contará com três unidades geradoras de energia após total entrada em operação, destas duas já entraram em operação comercial de forma antecipada, conforme apresentado a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio operação comercial	Ínicio operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	-	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

2. Governança Corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, a fim de assegurar a transparência.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores:

- (i) Administrativo Financeiro;
- (ii) de Relações com Investidores, e
- (iii) de Implantação.

Conselho Fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

(em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
Receita operacional bruta	87.654	-	100,0%
(-) Deduções da receita operacional	(3.891)	-	100,0%
Receita operacional líquida	83.763	-	100,0%
(-) Custos operacionais	(8.222)	-	100,0%
Lucro bruto	75.541	-	100,0%
(-) Despesas operacionais	(1.469)	(1.503)	-2,3%
(-) Despesas/receitas financeiras	(25)	(20)	25,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	74.047	-	
Imposto de renda	(3.137)	-	
Contribuição social	(1.454)	-	
Imposto de renda diferido	-	361	
Contribuição social diferido	-	138	
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	(1.024)	
Ativo Total	1.681.663	1.258.492	33,6%
Investimentos	1.577.973	1.230.372	28,3%

Comentários relevantes

A receita operacional da UHE Ferreira Gomes apresentou evolução positiva devido à entrada em operação da primeira turbina conforme detalhado no item (1. Breve histórico da Companhia deste relatório), com isso as despesas e custos também sofreram alterações no exercício decorrentes da operação comercial.

O imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre o lucro do exercício no regime de lucro presumido.

Embora a Companhia tenha incorrido em resultado operacional positivo no montante de R\$ 69 milhões no exercício findo em 2014, e tenha em seus contratos de financiamento a liberalidade de provisionar e distribuir dividendos mínimos de acordo com o Estatuto Social, os administradores da Companhia, em função, do seu primeiro ano de operação, optaram por manter em conta de reserva especial de dividendos no Patrimônio Líquido a provisão de dividendos obrigatórios não distribuídos, o qual irá propor aprovação em sua AGO. Isso decorre em função ao atendimento do seu plano de negócio, priorizar o caixa, para atendimento de completa reversa das contas garantidoras do contrato, e conclusão da entrada em operação da UG3 prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A é uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para operação, construção e implantação da UHE foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, e de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

Ebitda
(em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	69.456	(1.024)
(+) Resultado Financeiro	25	20
(+) Depreciação e amortização	2.416	80
(+) IR/CS correntes	4.591	-
(=) EBITDA	76.488	(924)

Endividamento

	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)			
Circulante	(33.722)	(165.894)	-79,67%
Não circulante	(681.042)	(453.891)	50,05%
Dívida total	(714.764)	(619.785)	15,32%
Caixa e equivalentes de caixa	28.897	26.078	10,81%
Dívida líquida	(685.867)	(593.707)	15,52%
Patrimônio líquido	643.455	311.998	106,24%
Índice de endividamento líquido	1,07	1,90	-43,99%

4. Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2014 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 83 colaboradores.

5. Responsabilidade Sócio-Ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
Programa de Incentivo a Pesquisa;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
Programa de Monitoramento Meteorológico;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em FG; e
Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande.

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes S.S. (“KPMG”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência a ser preparado para o registro da Companhia como companhia aberta na CVM; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Ferreira Gomes Energia S.A
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 05 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 04 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Ferreira Gomes Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante		102.730	27.160
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.897	26.078
Contas a receber de clientes	6	73.055	-
Devedores diversos		104	-
Despesas pagas antecipadamente		270	31
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	404	1.051
Não circulante		1.578.933	1.231.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	960	960
Imobilizado	9	1.565.579	1.219.838
Intangível	10	12.394	10.534
Total do ativo		1.681.663	1.258.492
Passivo			
Circulante		154.164	204.816
Fornecedores	11	14.855	21.331
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	33.722	165.894
Salários e férias a pagar		889	1.366
Tributos e contribuições sociais a recolher	7	11.671	3.861
Uso do bem público	10	1.194	-
Provisão para constituição de ativos	13	77.045	-
Provisão para gastos ambientais	14	7.768	12.364
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D		690	-
Credores diversos		6.330	-
Não circulante		884.044	741.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	681.042	453.891
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.1	183.160	262.000
Provisões para contingências	15	79	79
Provisão para gastos ambientais	14	9.292	12.364
Uso do bem público	10	10.471	9.965
Contas a pagar com partes relacionadas	16.1	-	3.379
Patrimônio líquido		643.455	311.998
Capital social	17	576.082	314.081
Reserva de lucros	17	67.373	-
Prejuízos acumulados		-	(2.083)
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.681.663	1.258.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	19	83.763	-
Custos operacionais		(8.222)	-
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(5.835)	-
Outros custos operacionais		(80)	-
Depreciação e amortização	9	(2.245)	-
Uso do bem público - UBP	10	(62)	-
Lucro bruto		75.541	-
Despesas operacionais		(1.469)	(1.503)
Despesas gerais e administrativas		(969)	-
Serviços de terceiros		(382)	(1.416)
Material		(9)	(7)
Depreciação e amortização	9 e 10	(109)	(80)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		74.072	(1.503)
Resultado financeiro		(25)	(20)
Despesa financeira		(30)	(20)
Receita financeira		5	-
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		74.047	(1.523)
Imposto de renda		(3.137)	-
Contribuição social		(1.454)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	499
Lucro (prejuízo) do exercício		69.456	(1.024)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	18	0,158	(0,004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	(1.024)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>69.456</u>	<u>(1.024)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros retidos		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	153.081	-	-	-	(1.059)	152.022
Integralização de capital conforme AGE registrada em 18/02/2013	13.000	-	-	-	-	13.000
Integralização de capital conforme AGE de 20/06/2013	148.000	-	-	-	-	148.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.024)	(1.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	314.081	-	-	-	(2.083)	311.998
Integralização de capital conforme AGE de 10/07/2014	262.001	-	-	-	-	262.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	69.456	69.456
Reserva legal	17	3.369	-	-	(3.369)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	17	-	16.001	-	(16.001)	-
Reserva de lucros	17	-	-	48.003	(48.003)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	576.082	3.369	16.001	48.003	-	643.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		74.047	(1.523)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	9 e 10	2.416	80
Baixa de ativo imobilizado		30	889
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(499)
		<u>76.493</u>	<u>(1.053)</u>
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(73.055)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar		647	(187)
Despesas pagas antecipadamente		(239)	68
		<u>(72.647)</u>	<u>(119)</u>
Aumento (redução) no passivo			
Partes relacionadas		(3.379)	-
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D		690	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		(78)	499
		<u>(2.767)</u>	<u>499</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>1.079</u>	<u>(673)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de investimentos de curto prazo		-	279.300
Aplicações em investimentos de curto prazo		-	(250.390)
Adições no imobilizado		(222.982)	(462.797)
Adições no intangível		(138)	(88)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(223.120)</u>	<u>(433.975)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		-	161.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.1	183.161	246.000
Empréstimos captados	12	395.577	488.300
Amortização de empréstimos	12	(353.878)	(434.660)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		<u>224.860</u>	<u>460.640</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.819</u>	<u>25.992</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		26.078	86
Saldo no final do exercício		<u>28.897</u>	<u>26.078</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.819</u>	<u>25.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		
Suprimento de energia	87.654	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	(5.835)	-
Despesas gerais e administrativas	(969)	-
Serviços de terceiros	(382)	(1.416)
Materiais	(9)	(7)
Outros custos operacionais	(80)	-
	<u>(7.275)</u>	<u>(1.423)</u>
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	<u>(2.416)</u>	<u>(80)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	5	-
Valor adicionado a distribuir	<u>77.968</u>	<u>(1.503)</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais		
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	690	-
Imposto de renda e contribuição social	4.591	-
PIS e COFINS	3.201	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(499)
	<u>8.482</u>	<u>(499)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	30	20
	<u>30</u>	<u>20</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	(1.024)
	<u>69.456</u>	<u>(1.024)</u>
	<u>77.968</u>	<u>(1.503)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, e a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início operação comercial	Início operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho Aneel	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	-	30 de abril de 2015	-	<u>84 MW (megawatts)</u>	<u>33,9 MW (megawatts)</u>
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 04 de março de 2015.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de

Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores monetários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto Contas a receber - ativo financeiro como “recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possuía qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal e construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.4 Passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.5 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012.

3.7 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.8 Tributação

3.8.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.10 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria poderá submeter à autorização do Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no exercício, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.11.1 Receita de geração de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.11.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo		20	26
Banco conta movimento		10.315	77
Aplicações financeiras de liquidez imediata		1.530	115
Certificados de depósitos bancários	90% do CDI	17.032	25.860
		28.897	26.078

Na rubrica banco conta movimento está contemplado o valor de R\$ 6.378 depositado em conta seguradora aberta por exigência do contrato nº 12.2.1390-1, firmado entre a Companhia e o BNDES.

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, na qual a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizada com instituição do mercado financeiro nacional, sendo remunerada pela variação de 90% e 93 % do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente.

6 Contas a receber de clientes

A Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014, assim não possuía saldo a receber de 2013. O saldo de 31 de dezembro de 2014 é proveniente dos valores de energia elétrica gerada nos meses de outubro, novembro e dezembro e que terão sua liquidação no curto prazo.

31/12/2014 **31/12/2013**

Ativo circulante

Suprimento de energia elétrica	73.055	-
	73.055	-
	73.055	-

7 **Tributos e contribuições sociais**

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Ativo circulante

31/12/2014 **31/12/2013**

Tributos e contribuições sociais a compensar

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	64	714
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	101	98
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	100
	404	1.051
	404	1.051

Passivo circulante

Tributos e contribuições sociais a recolher

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242	330
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	628	1.122
Imposto sobre Serviços - ISS	414	671
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.476	1.577
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	3.060	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.453	-
Programa de Integração Social - PIS	570	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.629	-
Outros	199	161
	11.671	3.861
	11.671	3.861

8 **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

31/12/2014 **31/12/2013**

Ativo não circulante

Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	686	686
Contribuição social diferido sobre base negativa	274	274
	960	960
	960	960

Em 2014 a Companhia adotou o regime de lucro presumido. Em 31 de dezembro 2013 bem como nos anos anteriores a Companhia foi tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal, assim, com base na expectativa de lucratividade futura, reconheceu o ativo fiscal diferido. A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos ocorrerá integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.044 em 31 de dezembro de 2013. Tendo constituído impostos de renda e contribuição social, diferidos para a totalidade deste saldo.

9 Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 representam, substancialmente, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados à construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados à obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferência p/ Unitização	Reclassificação p/ outros	Unitização	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Imobilizado em serviço								
Terrenos		-	-	-	-	16.715	-	16.715
Reservatórios, barragens e adutoras	2,13%	-	-	-	-	790.885	-	790.885
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,37%	-	-	-	-	152.816	-	152.816
Máquinas e equipamentos	2,97%	-	-	-	-	227.265	-	227.265
Móveis e utensílios	5,99%	-	-	-	-	1.203	-	1.203
Benfeitorias em bens de terceiros		314	642	-	-	-	-	956
Total do imobilizado em serviço		314	642	-	-	1.188.884	-	1.189.840
(-) Depreciação acumulada								
Reservatórios, barragens e adutoras		-	(1.404)	-	-	-	-	(1.404)
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	(309)	-	-	-	-	(309)
Máquinas e equipamentos		-	(563)	-	-	-	-	(563)
Móveis e utensílios		-	(6)	-	-	-	-	(6)
Benfeitorias em bens de terceiros		(314)	(61)	-	-	-	-	(375)
Total da depreciação acumulada		(314)	(2.343)	-	-	-	-	(2.657)
Total do ativo imobilizado em serviço		-	2.985	-	-	1.188.884	-	1.187.183
Imobilizado em curso								
Terrenos		15.636	1.079	-	-	(16.715)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras		61.146	504	169	-	(61.819)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		447.454	96.604	13.050	-	(554.176)	-	2.932
Máquinas e equipamentos		120.597	44.947	55.553	-	(133.577)	-	87.520
Veículos		3.491	13	-	(969)	-	-	2.535
Móveis e utensílios		2.927	447	-	-	(3.361)	-	13
A ratear (1)		298.269	98.151	22.151	-	(268.197)	-	150.374
Juros capitalizados (3)		81.840	49.625	-	-	(102.626)	-	28.839
Programas socioambientais		50.585	(2.570)	-	-	(25.726)	-	22.289
Material em depósito		2.820	9.390	(8.070)	-	-	-	4.140
Adiantamento a fornecedor		87.297	43.818	(82.853)	-	-	(30)	48.232
Depósitos judiciais		669	224	-	-	-	-	893
Estudos e projetos (2)		47.107	6.209	-	-	(22.687)	-	30.629
Total do ativo imobilizado em curso		1.219.838	348.441	-	(969)	(1.188.884)	(30)	378.396
Total imobilizado		1.219.838	351.426	-	(969)	-	(30)	1.565.579

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.

- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 31 de dezembro de 2014, são de R\$ 131.465 (R\$ 81.840 até 31 de dezembro de 2013) líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (R\$ 9.299 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 5.792 em 31 de dezembro de 2013). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 12 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

10 Intangível

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 31/12/2013	Adições	Unitização	Saldo em 31/12/2014
Intangível em serviço					
Uso do bem público	20,60%	-	-	11.769	11.769
Intangíveis	6,32%	-	-	699	699
Total		-	-	12.468	12.468
(-) Amortização acumulada					
Uso do bem público		-	(62)	-	(62)
Intangíveis		-	(12)	-	(12)
Total		-	(74)	-	(74)
Intangível em curso					
Uso do bem público		9.965	1.804	(11.769)	-
Intangíveis		569	130	(699)	-
Total		10.534	1.934	(12.468)	-
Total do intangível		10.534	1.860	-	12.394

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927 a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

11 Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	3.015	-
Materiais e serviços	11.840	21.331
Total	14.855	21.331

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2014			31/12/2013			
	Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	9.189	3.366	12.555	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	3.637	1.332	4.969	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	414	73	487	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	2,5%	16.271	928	17.199	-	-	-
2ª emissão de debêntures	5,95% + IPCA	-	-	-	147.000	19.312	166.312
(-) Custo de captação		(1.488)	-	(1.488)	(418)	-	(418)
Total		28.023	5.699	33.722	146.582	-	165.894
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	211.351	-	211.351	205.257	3.133	208.390
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	83.651	-	83.651	81.239	1.240	82.479
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	9.512	-	9.512	4.131	63	4.194
BNDES - Subcrédito D	2,5%	170.845	-	170.845	161.337	660	161.997
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	221.404	2.682	224.086	-	-	-
(-) Custo de captação		(18.403)	-	(18.403)	(3.169)	-	(3.169)
Total		678.360	2.682	681.042	448.795	5.096	453.891

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a segunda emissão de R\$ 200.000 debêntures, (20.000 vinte mil debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10), os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012. A remuneração das debêntures contemplava juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura. Em 30 de maio de 2014 as debêntures foram quitadas.

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2014 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização ocorrerá em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, serão incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi incorporado o montante de R\$ 25.532 (R\$ 11.028 até 31 de dezembro de 2013).

O contrato com BNDES estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Os índices não foram apurados para o exercício, pois a obrigatoriedade de cálculo ocorrerá somente no ano de início da primeira amortização contratual, que será em 15 de maio de 2015.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
 - (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
 - (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
 - (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
 - (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.
- Garantias prestadas pela Alupar Investimentos S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 26 de maio de 2014, foram emitidas 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com garantia fidejussória, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais), perfazendo o montante de R\$ 175.000 (cento e setenta e cinco milhões de reais), os recursos foram transferidos para a Companhia em 30 de maio de 2014. As notas promissórias terão vencimento em 120 dias. A remuneração das Notas Promissórias contemplará juros com base na variação de 110% da taxa média diária do DI, o pagamento dos encargos remuneratórios e do principal será realizado uma única vez, na data de vencimento. Em 01 de agosto de 2014 as notas promissórias foram quitadas.

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi incorporado o montante de R\$ 10.504. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Os índices acima não foram apurados para o exercício, pois não há obrigatoriedade de cálculo no período de carência.

- b.** As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	31/12/2014
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	15.516	-	223.906
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	6.141	-	88.620
BNDES - Subcrédito C	4.194	5.487	318	-	9.999
BNDES - Subcrédito D	161.997	21.887	4.160	-	188.044
BTG - Nota promissória	-	175.000	3.801	(178.801)	-
2º emissão de debêntures	166.312	-	10.158	(176.470)	-
3º emissão de debêntures	-	210.900	13.186	-	224.086
(-) custo de captação - a amortizar	(3.587)	(17.697)	-	1.393	(19.891)
Total	619.785	395.577	53.280	(353.878)	714.764

	31/12/2012	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	31/12/2013
Moeda nacional					
Banco Sumitomo	29.766	-	216	(29.982)	-
Banco Itaú BBA	-	40.000	221	(40.221)	-
BNDES - contrato curto prazo	112.234	11.044	2.530	(125.808)	-
BNDES - Subcrédito A	-	198.420	9.970	-	208.390
BNDES - Subcrédito B	-	78.540	3.939	-	82.479
BNDES - Subcrédito C	-	4.013	181	-	4.194
BNDES - Subcrédito D	-	159.963	2.034	-	161.997
1º emissão de debêntures	166.482	-	3.777	(170.259)	-
2º emissão de debêntures	213.538	-	23.110	(70.336)	166.312
(-) custo de captação - a amortizar	(1.853)	(3.680)	-	1.946	(3.587)
Total	520.167	488.300	45.978	(434.660)	619.785

- c. Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas aos empréstimos, debêntures encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Principal	44.052	44.052	44.052	44.052	44.052	479.185	699.445
(-) custo de captação a amortizar	(1.490)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.490)	(10.965)	(18.403)
	<u>42.562</u>	<u>42.566</u>	<u>42.566</u>	<u>42.566</u>	<u>42.562</u>	<u>468.220</u>	<u>681.042</u>

13 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2014
Máquinas e Equipamentos	37.276
Montagem	9.804
Obras Civis	29.237
Outros	728
Total	<u>77.045</u>

As provisões para constituição de ativo referem-se à obrigações vinculadas à usina pelos custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras, de acordo com a evolução desses eventos essas

provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

14 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante	7.768	12.364
Passivo não circulante	9.292	12.364
Total	17.060	24.728

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2014. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas na rubrica programas sócio-ambientais no ativo imobilizado em curso.

15 Provisão para contingência

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos numerários efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, bem como pelo julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos serem de probabilidade de perda provável.

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Processos judiciais</u>		
Trabalhista	79	79
	79	79

(A) Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2014 não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza fiscal, cível, arbitrais ou ambientais com risco de perda provável, que individualmente, na avaliação da Administração e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios. A Companhia possui demanda de natureza trabalhista, cujo valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 79, (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2013).

(B) Perda possível:

Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) ***Demandas Tributárias:***

Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios da Companhia.

(ii) ***Demandas Cíveis:***

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com influência direta na implementação do empreendimento. O valor atribuído a causa atualizado é de R\$ 1.274;

(iii) ***Demandas Arbitrais:***

Não existem demandas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios.

16 Partes relacionadas

16.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, serão avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Ativo não circulante - imobilizado (adiantamento a fornecedores)</u>		
Adiantamento a fornecedores - Alusa Engenharia S.A (a)	-	102
	-	102
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A (b)	-	3.379
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (c)	183.160	262.000
	183.160	265.379

- a. Em agosto de 2014, a controladora da acionista Alupar, a Guarupart Participações Ltda. finalizou a alienação de 100% das ações que detinha da Alusa Engenharia S.A.. Dessa maneira, a partir do referido mês, as transações que envolveram a UHE Ferreira Gomes, em conjunto com a Alusa Engenharia S.A. não são mais partes relacionadas.
- b. Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos pela Controladora.
- c. A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados a título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da UHE Ferreira Gomes.

16.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2014
26/12/2012	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alpar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/2012	15/04/2031	510.569
13/06/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alpar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voth CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/2011	15/01/2015	8.833
31/07/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alpar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 18083414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	11	18/07/2014	17/07/2015	5
30/05/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alpar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	211.500	15/06/2014	15/12/2027	224.086
24/11/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alpar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	11	01/12/2014	01/12/2015	5

16.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue abaixo:

- a. Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo (a)	911	1.228
Benefícios pós-emprego	25	10
Total	936	1.238

17 Patrimônio líquido

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 18 de fevereiro de 2013 e em 20 de setembro de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000 e R\$ 148.000 (representado pela emissão de 13.000.000 e 148.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), respectivamente, passando o mesmo de R\$ 153.081 para R\$ 314.081 em 31 de dezembro de 2013.

Em 10 de julho de 2014 a Companhia aumentou seu capital social em 262.000 (mediante subscrição de 262.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 314.081 para R\$ 576.081.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/12/2014	31/12/2013
Alupar Investimento S.A.	576.081.528	314.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>576.081.529</u>	<u>314.081.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

b. Reserva especial para dividendos não distribuídos

Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados com base no lucro do exercício devidos aos acionistas da Companhia. Embora a Companhia tenha em seus contratos de financiamento a liberalidade de provisionar e distribuir dividendos mínimos de acordo com o Estatuto Social, os administradores da Companhia, em função, do seu primeiro ano de operação, optaram por manter em conta de reserva especial de dividendos no Patrimônio Líquido a provisão de dividendos obrigatórios não distribuídos, o qual irá propor aprovação em sua AGO. Isso decorre em função ao atendimento do seu plano de negócio, priorizar o caixa, para atendimento de completa reversa das contas garantidoras do contrato, e conclusão da entrada em operação da UG3 prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

c. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, deduzido da importância destinada à constituição de reserva legal.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	(1.024)
Absorção de prejuízos acumulados	(2.083)	-
Reserva legal	(3.369)	-
Reserva especial para dividendos não distribuídos	(16.001)	-
Reserva de lucros	(48.003)	-
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo de lucros (prejuízos) acumulados	<u> -</u>	<u> (1.024)</u>

18 Resultado por ação

	31/12/2014	31/12/2013
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	(1.024)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>439.322.289</u>	<u>243.439.435</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	<u> 0,158</u>	<u> (0,004)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta		
Suprimento de energia	87.654	-
	<u>87.654</u>	<u> -</u>
Deduções		
Programa de Integração Social - PIS	(571)	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.630)	-
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(690)	-
	<u>(3.891)</u>	<u> -</u>
Receita operacional líquida	<u> 83.763</u>	<u> -</u>

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

20.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2014		31/12/2013		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	28.897	28.897	26.078	26.078	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	73.055	73.055	-	-	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>101.952</u>	<u>101.952</u>	<u>26.078</u>	<u>26.078</u>		
Passivo						
Fornecedores	14.855	14.855	21.331	21.331	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	714.764	714.764	619.785	619.785	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>729.619</u>	<u>729.619</u>	<u>641.116</u>	<u>641.116</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagonotruster.com.br), é próximo ao valor contábil

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

20.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

20.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

20.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Projeção Receitas Financeiras - Um Ano							
Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	III (+25%)	IV (+50%)	
		6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	18.562	1.157	1.736	2.315	2.893	3.472

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram

calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dividas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2014 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3º emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	221.404	3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
			22.021	25.870	29.718	33.566	37.414	
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	317.754	2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
			16.378	20.850	25.321	29.792	34.264	

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

20.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.194	10.661	-	-	-	14.855
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(45)	35.076	87.750	131.625	253.244	507.650
3ª emissão de debêntures	(327)	(982)	(2.622)	(3.931)	214.976	207.114
Total	3.822	44.755	85.128	127.694	468.220	729.619

20.7 Gestão de capital

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(33.722)	(165.894)
Não circulante	(681.042)	(453.891)
Dívida total	(714.764)	(619.785)
Caixa e equivalentes de caixa	28.897	26.078
Dívida líquida	(685.867)	(593.707)
Patrimônio líquido	643.455	311.998
Índice de endividamento líquido	1,07	1,90

A Companhia ainda possui obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

21 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2014.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término vigência
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME -UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de engenharia	907.000	3.570	20/03/2015
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330	30/04/2015
Total	1.015.375	4.852	

23 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

* * *

Contadora

Danielle Santos
CRC 1SP278429/O-1

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 04 de março de 2015.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça
Diretor Técnico

Declaração dos diretores sobre as informações contábeis

São Paulo, 04 de março de 2015.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico